

## ICONOGRAFIA E LENDAS

# Em busca de graças e proteção

Na procura por locais pacatos e seguros, onde pudesse manifestar sua fé, além das igrejas e capelas, a humanidade acabou adotando os cemitérios como espaços sagrados. E não são poucos os que acreditam nas graças concedidas por pessoas ali enterradas que, após uma vida de bondade e dedicação ao próximo, caem na crença popular como capazes de realizar milagres e atender pedidos.

O Cemitério do Bonfim, o mais antigo de Belo Horizonte, é constantemente palco de romarias de pessoas que ali depositam flores e acendem velas em atitude de meditação. Em seus semblantes, é possível perceber sofrimentos e angústias, mas também expressões de tranquilidade e agradecimento.

Entre os jazigos mais visitados estava o do beato padre Eustáquio, na quadra 43, túmulo 312, que atraía verdadeiras multidões que ali deixavam bilhetes, pedindo ou agradecendo graças, flores, velas e muita fé. Porém, em 1949, o corpo do sacerdote de origem holandesa foi levado para um túmulo na Igreja dos Sagrados Corações, no bairro que leva seu nome. Também ali é enorme a visitação de pessoas que buscam sua proteção.

Padre Eustáquio, ao chegar ao Brasil, veio exercer seu ofício religioso em Belo Horizonte, onde faleceu em 30 de agosto de 1943. Seu processo de beatificação começou em 1956 e, em 2003, ele recebeu o título de "venerável". Em 15 de maio de 2006, na festa de Corpus Christi, o Papa Bento 16 elevou padre Eustáquio a beato.

### | Irmã Benigna Víctima de Jesus

Maria da Conceição Santos nasceu em Diamantina, em 16 de agosto de 1907, foi educada nos princípios cristãos e, desde cedo, demonstrava vocação religiosa. Em 1935, no dia de Nossa Senhora de Lourdes, 11 de fevereiro, Maria da Conceição, convicta de sua vocação, ingressou na congregação das Irmãs Auxiliadoras da Piedade. No ano seguinte, no dia de São José, ela fez sua primeira profissão de fé e passou a se chamar de Irmã Benigna Víctima de Jesus, sendo que, em 1941, fez votos perpétuos.

Irmã Benigna, cujo processo de beatificação começou em setembro deste ano, formou-se em Enfermagem. Sempre determinada a auxiliar e amparar os necessitados, ela arrecadava donativos, dava conselhos espirituais e morais, fundou uma maternidade, onde ajudava mães carentes, com seu exemplo de alegria, fé e humildade.



▲ Túmulo Irmã Benigna, no Cemitério do Bonfim

Como tantos outros, Irmã Benigna também sofreu calúnias e foi, inclusive, acusada de comunista, sendo que, em 1948, foi levada para a O Asilo São Luiz, na Serra da Piedade, onde contraiu várias doenças. Ela morreu em Belo Horizonte, em 16 de outubro de 1981 e seu corpo está enterrado no túmulo 145, quadra 09, do Cemitério do Bonfim, onde é comum a visitação de pessoas que ali vão em busca de seu auxílio.

### | Menina Marlene

O túmulo 26, no carneiro 36, também no Bonfim, é outro ponto de romaria. No oratório com uma imagem de Nossa Senhora, as pessoas deixam bilhetes, velas e orações. Ali está enterrada a menina Marlene Maria dos Santos que, com apenas 13 anos, foi brutalmente violentada e morta. Pouco se sabe de sua história, mas o número dos que acreditam na obtenção de suas graças é grande.

No jazigo, junto às datas de nascimento e morte da garota, está impressa a seguinte mensagem: "Durante a vida sorria/Vivia sempre a cantar/Com amor carinho alegria/Alegrava nosso lar. Neste recanto de saudades/Santa imagem faz lembrar/Que assim deixastes esta vida/Para nunca mais voltar/Eternas saudades (sic) de seus pais e tios".

▲ Fonte: Ailton Batista – Analista de Gestão Proteção e Restauo da Gerência de Patrimônio Imaterial

Bibliografia:

<http://www.almacarioca.net/reliquias-do-beato-padre-eustaquio-em-poa-romaria-e-belo-horizonte/>  
Resumo biográfico Irmã Benigna Informativo da AMAIBEM- Associação dos Amigos de Irmã Benigna- Belo Horizonte, ano 1, n.5, maio 2009  
Matéria do Estado de Minas (16 de outubro de 2011) – Irmã Benigna – Jefferson da Fonseca Coutinho.

# Misticismo das águas na cultura popular mineira

Chafarizes, fontes e gárgulas espalhadas por cidades do interior de Minas guardam lendas e crendices

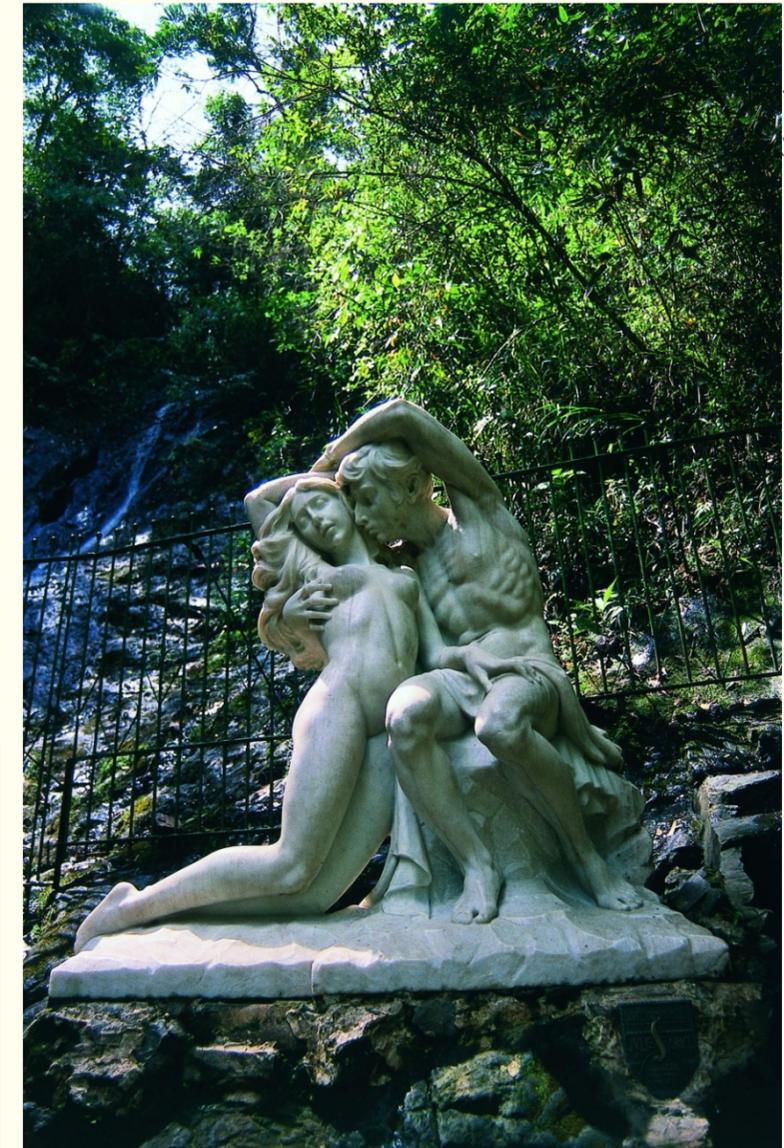
\_\_\_\_\_ Página 09

Entrevista: Especialista em Plantas Aromáticas, Medicinais e Tóxicas é defensora da preservação deste rico patrimônio natural

\_\_\_\_\_ Páginas 06 e 07

Técnicos do Iepha recebem representantes dos municípios para tirar dúvidas sobre o ICMS Cultural

\_\_\_\_\_ Página 04



Fonte dos Amores – Poços de Caldas

 PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



\_\_\_\_\_ Confira na página 08

Impresso Especial  
7397091256-DR/MG  
IEPHA/MG  
...CORREIOS...



## Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

Minas Gerais tem hoje mais de quatro mil bens culturais protegidos, sendo um exemplo e uma referência para todo o país. Isso se deve à colaboração dos municípios. Sem o apoio e a parceria que chegam de todos os cantos do nosso Estado, o Iepha não conseguiria cumprir sua missão de zelar pelo patrimônio mineiro.

Dentro desta premissa, o ICMS, critério do patrimônio cultural da Lei Robin Hood, vem sendo o instrumento que nos capacita para estimular os municípios a se ocuparem da tarefa de proteção, possibilitando o estreitamento das relações com as cidades mineiras e resultando em medidas consistentes de preservação.

Merece destaque o enunciado da Lei Robin Hood, que determina ao Iepha, por meio de suas deliberações aprovadas pelo Conep, definir os rumos dos trabalhos desenvolvidos pelos municípios, viabilizando conquistar novos e permanentes avanços. Essa legislação flexível permite o ajuste necessário de uma política pública no sentido de poder atuar, tempestivamente, na realidade que se impõe e que é dinâmica, conforme se percebe nos tempos atuais.

A diretriz estabelecida pelo Iepha é o fortalecimento das instituições envolvidas no trabalho de preservação no âmbito dos municípios e o alinhamento das partes que compõem o sistema local de proteção ao patrimônio cultural. A deliberação do Conep dá este norte e define atividades para a consecução destes objetivos. Entretanto, é absolutamente necessário que as ações do poder público local tenham continuidade, visto que não existem conquistas rápidas.

É indispensável a presença de uma estrutura local que possa exercer, permanentemente, as atividades que dão eficácia à proteção do patrimônio cultural. Os conselhos e os setores municipais de patrimônio cultural precisam existir de direito e também de fato, num diálogo permanente entre poder público e a sociedade civil. A integração entre ambos deve ser harmônica. Para tanto, o encontro destas partes para o debate é a forma encontrada pelo Iepha. É por meio desse encontro que todas as atividades serão pontuadas pela Lei Robin Hood.

A autonomia dos municípios é também um aspecto que deve se fazer presente no planejamento das ações locais. O Iepha estabelece um rol de atividades que se destinam a referenciar os trabalhos executados para proteção de bens culturais e espera que seja incluído e exercido o olhar particular de cada localidade. A diversidade cultural é a maior riqueza de nosso Estado, é nossa identidade.

Estar ligado, atuar em parceria e trabalhar em sintonia é o caminho para fortalecer e concretizar as ações do Instituto. Pense nisso!

**Fernando Viana Cabral**  
Presidente

## Peça Recuperada

A imagem de Nossa Senhora da Conceição, datada da transição do século 18 para o 19, pertence à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, de Milho Verde, distrito do Serro, tombada pelo Iepha desde 1980.

Esculpida em madeira policromada, a peça mede 85 cm de altura, 34 cm de largura e 29 cm de profundidade. Foi furtada em 1991.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.



Divulgação

## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maia Olívia de Castro e Oliveira

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

### BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>3</sup> - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG

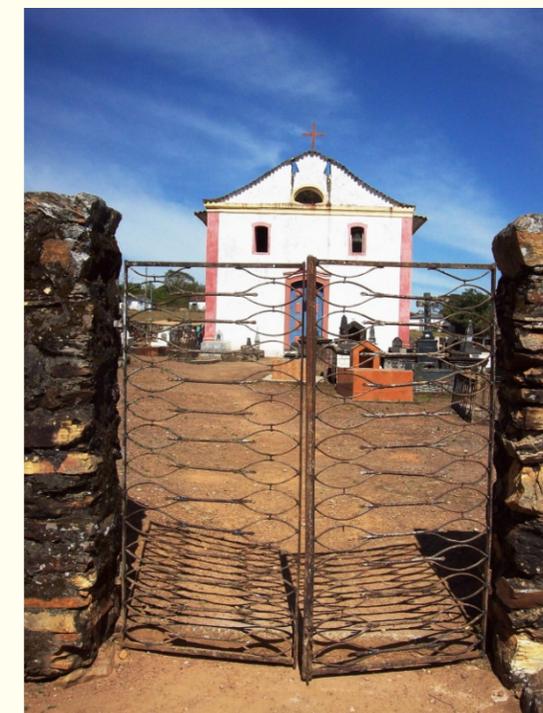
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br



BEM TOMBADO

## Igreja de Nossa Senhora do Desterro – Sacramento



Fotos Virgínia Dalabêla/Divulgação

O núcleo urbano de Desemboque foi um dos mais importantes e ricos centros de mineração e povoamento do Triângulo Mineiro no século 18, chegando mesmo a ser considerado o “berço” de toda a região. Testemunho dessa história e marca da fé e da saga dos bandeirantes é a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro; templo singelo, porém autêntico exemplar da tradição arquitetônica regional.

Situada na parte mais baixa do povoado, a Igreja de Nossa Senhora do Desterro é rodeada por um cemitério localizado à sua frente e nas laterais, sendo todo o terreno cercado por murada de pedra. A antiga Matriz hoje impressiona mais por sua solidão em meio à belíssima paisagem. Estudos realizados pelo Iepha, à época do tombamento, apontavam, inclusive, a possibilidade de que a adoção do culto à Nossa Senhora do Desterro pudesse se referir ao isolamento da região.

Com poucos elementos documentais sobre sua construção, os autores do seu projeto e sua ornamentação interna são desconhecidos, assim como as datas de início e conclusão da obra. Pelas características, conclui-se que a construção tenha sido iniciada em meados do século 18, tendo o altar-mor a inscrição de 1762. Ao longo dos séculos 19 e 20, passou por sucessivas reformas, que não chegaram a comprometer sua arquitetura; e cujas datas foram registradas num dos tirantes da nave. A fachada, de linhas simples, parece trazer efeitos destas intervenções posteriores, impressos na estranheza da composição do frontispício.

A Igreja apresenta planta simples, constituída de nave, capela-mor, e sacristia lateral única, à esquerda. Detalhe interessante é o pequeno vão existente entre o corpo da nave e o da sacristia, deixando bem marcada esta diferenciação. A ausência de torres é compensada por uma sineira isolada, numa curiosa solução em madeira e vedada com adobe.

A ornamentação é das mais simples, constituída por cinco retábulos, púlpito, arco-cruzeiro e pia batismal em pedra sabão, além de imagens de Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião e São Francisco de Assis.

O tombamento estadual da Igreja foi realizado pelo Iepha em 1984. No dossiê produzido, o Iepha destaca a simplicidade do bem e sua inserção harmônica na paisagem do entorno. “O maior valor do monumento está em integrar o conjunto paisagístico e arquitetônico do pequeno arraial remanescente do período colonial minerador”, registra o documento.

▲ Nossa Senhora do Desterro é muito venerada na Itália como a *Madonna degli Emigrati*, sendo padroeira daqueles que foram obrigados a deixar sua pátria para se refugiarem ou a fim de procurar trabalho no estrangeiro.

De acordo com análise iconográfica da santa, feita pelo arquiteto e diretor do Iepha, Renato César de Souza, publicada no Bem Informado nº16 (janeiro de 2009), esta representação da Virgem está incluída no grupo da Sagrada Família em viagem para o Egito. “A devoção a Nossa Senhora do Desterro foi intensa no Brasil colonial, talvez por lembrar o exílio a que os portugueses se submetiam, deixando sua pátria e família para viver na colônia”.

## Conhecer para preservar e atuar

Rodrigo F.M. Faleiro\*



Fotos: Acervo Iepha/IMG

Viagem ao Norte de Minas revela um Rio São Francisco mais disperso e menos unitário – somente uma força humanizadora poderá salvar o Rio e sua gente



O Iepha/MG recebeu convite da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG – para participar de um projeto no Norte de Minas, em quatro municípios com o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – mais baixo do Estado. Foram definidas as cidades – Manga, Matias Cardoso, Itacarambi e Pedras de Maria da Cruz. O que elas têm em comum, além do IDH baixo, é sua localização geográfica: região Norte de Minas, às margens do Rio São Francisco.

A definição da equipe de trabalho do Iepha teve como critério, dentro do campo da pesquisa definido pela própria ALMG, a Educação Patrimonial e o Inventário de Bens Imateriais. A viagem ocorreu entre os dias 16 a 31 de agosto deste ano. A expedição contou com cerca de 15 funcionários de diversos órgãos como Igam, IEF, Iphan, Iepha e da própria ALMG. O grupo se subdividiu, a cada dia, de acordo com o planejamento da coordenação dos servidores da ALMG, o historiador Márcio Santos e o jornalista Leo Noronha.

A primeira cidade foi Manga. Um fator que ficou perceptível foi a existência de um vácuo cultural entre a geração mais antiga e a atual. Os adultos, mais velhos, não têm mantido suas tradições culturais e os mais jovens, por não conhecê-las, também não cultivam a sua permanência. O eixo principal para levantamento de dados eram visitas às prefeituras, órgãos municipais afins, entrevistas com dirigentes das pastas e população em geral – líderes políticos e comunitários, vazanteiros, barraqueiros, professores e alunos das escolas municipais e estaduais, dentre outros agentes sociais importantes.

A metodologia da pesquisa partia sempre de uma audiência pública, promovida pela Câmara de Vereadores de cada município, com representantes de associações e outros grupos organizados da cidade e qualquer pessoa interessada em participar. Nessa audiência, presidida por um líder político, o projeto da ALMG era apresentado pelos coordenadores e a palavra era aberta a quem quisesse se manifestar. De acordo com a fala de cada pessoa, os integrantes do grupo técnico diagnosticavam quais seriam de interesse maior para realizar visitas, entrevistas, registros, orientações etc. Cada técnico programava com esses agentes uma agenda de trabalho e, mensurados os interesses coletivos, eram formadas as equipes e feita a logística das ações a serem realizadas.

Em Matias Cardoso, a Igreja Matriz, talvez uma das mais antigas do estado, possui uma imponência que ocupa todo seu território. Pudemos entrevistar alguns moradores mais antigos – o que evidenciou que as tradições culturais estão sendo esquecidas: é mais fácil comprar pó de bolo do supermercado do que fazer as receitas tradicionais de família, que davam mais trabalho.

Na escola também percebemos que, apesar de o grupo de professores ser atuante e interessado, falta um elemento de ligação que dê sentido ao conhecimento adquirido. Podemos ampliar a falta desse elo, de forma geral, a todos os municípios trabalhados: falta uma articulação da comunidade com os setores culturais municipal, estadual e federal no sentido de dialogar e estabelecer relações e possibilidades, dirimir conflitos e estabelecer parcerias.

Um fator diferencial é quando na cidade existe um líder comunitário, alguém que articula em favor de um grupo social. Conhecemos na comunidade do Fabião, em Itacarambi, D. Dina, uma senhora que é a alma e a força da comunidade – uma pessoa generosa que pensa em favor do grupo, corre atrás das necessidades coletivas e realiza um excelente trabalho. Nas escolas constatamos a falta de perspectiva dos jovens, que pensam em se mudar para São Paulo, depois dos estudos, e lá conseguir dinheiro, para um dia voltar e restabelecer o convívio familiar. Não percebiam que no próprio município existe uma possibilidade emergencial de ações e de trabalho não formal, fundamentais para o desenvolvimento local. Na região se encontra a Reserva do Peruaçu, parque administrado pela Fundação Instituto Chico Mendes que detém uma das maiores e mais interessantes áreas cársticas do Brasil. Ali se encontra uma enorme potencialidade de estudo e de trabalho que os moradores daquela região poderiam aproveitar.

A Assembleia Legislativa nesse momento finaliza o relatório e convida instituições parceiras, bem como empresas financiadoras, para dar continuidade ao projeto na região. Em suma, há uma necessidade premente de se trabalhar por meio da educação não-formal para que dela possam se estabelecer relações de preservação da cultura e do meio ambiente.

\* Analista de Gestão, Proteção e Restauo da Diretoria de Promoção

## Iepha realiza Rodadas do ICMS



Nos dias 24 e 25 de outubro, representantes de dezenas de municípios mineiros se reuniram com técnicos do Iepha, por dois dias, para uma grande rodada tira-dúvidas. Os analistas da Diretoria de Promoção se revezaram em um grande mutirão para esclarecer as mais diversas questões sobre a Deliberação 001/2011 para o ICMS Patrimônio Cultural, que já vale para o próximo exercício, cuja documentação deve ser enviada ao Iepha até 15 de janeiro próximo.

Com o sucesso do encontro, uma segunda Rodada foi realizada no dia 16 de novembro, a pedido da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel. Realizado no auditório da associação, o evento seguiu os mesmos moldes, mas, desta vez, foi voltado aos 34 municípios da RMBH.

Para a diretora de Promoção do Instituto, Marília Palhares Machado, o resultado dos eventos foi muito positivo tanto para os municípios mineiros quanto para o Iepha, que recebeu o momento como oportunidade para entender melhor a outra ponta do processo. “Com este grande encontro, pudemos ultrapassar da perspectiva percebida por meio da análise de documentos para ouvir esses municípios, suas dúvidas e dificuldades além de proporcionar um encontro entre cidades de todo o Estado. Ampliamos nossa compreensão do que é preciso avançar, em quais pontos ainda há obstáculos ou o que é mais ou menos complexo nesse trabalho para os municípios”.

| **Nova deliberação** – A distribuição de recursos estaduais aos municípios, por meio do ICMS Patrimônio Cultural, ganhou em agosto novas regras para 2012 (exercício 2013). Entre as mudanças aprovadas pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep) estão o fortalecimento dos setores responsáveis nas prefeituras e sua aproximação com os Conselhos Municipais de Patrimônio.

O texto final da deliberação foi fruto de um processo de construção coletiva, com a participação ativa dos municípios, por meio da realização de encontros regionais propostos pelo conselheiro relator do Conep e de uma consulta digital feita pelo IEPHA. A íntegra do texto está disponível para consulta no site do Iepha ([www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)).



Presidente do Iepha, Fernando Cabral, participa da abertura das Rodadas

### Depoimentos

Vera Teixeira – Chefe do Departamento de Cultura de Cipotânea

“Muitos dos municípios mineiros pagam empresas ou profissionais de consultoria e por isso acabam interagindo um pouco menos – ou até se distanciando – com o processo. Quando o departamento não participa tão ativamente do levantamento dos documentos, acaba perdendo a oportunidade de compreender o que pode melhorar em seu trabalho. Este encontro ajudou muito, aproximou os municípios uns dos outros e do Iepha, foi momento de tirarmos dúvidas e trocarmos experiências, de ouvirmos e de sermos ouvidos. Seria interessante dar continuidade à iniciativa e torná-la anual”.

Generoso Fernandes – Coordenador de Cultura de Angelândia

“Como muitos aqui, nossa principal dúvida era sobre como os recursos repassados pelo Estado poderiam ser aplicados. Mas na rodada a gente vai vendo, na dúvida de outro município, uma questão que nem tínhamos pensado, mas que também nos cabe. A pergunta de um ajuda o outro e todo mundo sai nivelado em informações. O funcionamento da rodada foi muito bom, deu para aprender muito. Foi importante, principalmente, porque promoveu esse momento de intercâmbio e de aproximação de todas essas pessoas responsáveis pela gestão da cultura nos mais diversos pontos do nosso estado e o Iepha”.

## Bahia estuda exemplo mineiro do ICMS Cultural

A Bahia está próxima de se tornar mais um estado brasileiro a adotar o ICMS Patrimônio Cultural, seguindo um caminho já trilhado por Minas Gerais há mais de 15 anos. Nos últimos meses, equipes do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) realizaram visitas ao lepha para conhecer a aplicabilidade da legislação e estabelecer parcerias com a experiência mineira. No último dia 26 de outubro, em Salvador, a diretora de Promoção do lepha, Marília Palhares Machado, foi convidada especial do Projeto “Conversando sobre Patrimônio” que discutiu a distribuição do ICMS para o patrimônio cultural.

Ao destacar a cota-parte como mais uma fonte de recurso para que os gestores municipais cuidem dos bens culturais existentes nas suas regiões, o diretor-geral do IPAC, Frederico Mendonça, completa: “Buscamos uma política pública integrada e em rede, para descentralizarmos algumas ações, além de ampliar e conscientizar a responsabilidade municipal acerca da valorização e preservação dos patrimônios culturais”.

Para a diretora de Promoção do lepha, Marília Machado, o momento é de estabelecer uma relação de diálogo muito produtivo para ambas as instituições. “O lepha, em seu pioneirismo, passou por dificuldades, erros e acertos. O IPAC tem a oportunidade de se inspirar em um modelo consolidado, mas ainda assim terá que desenvolver e adaptar toda essa proposta para sua realidade. Recomendo uma legislação que seja flexível como a de Minas Gerais, onde as Deliberações do lepha estão previstas e facilitam a conquista de novos avanços. Sem dúvida, o lepha também terá muito a aprender de volta com a experiência baiana que se estrutura agora”, acredita.

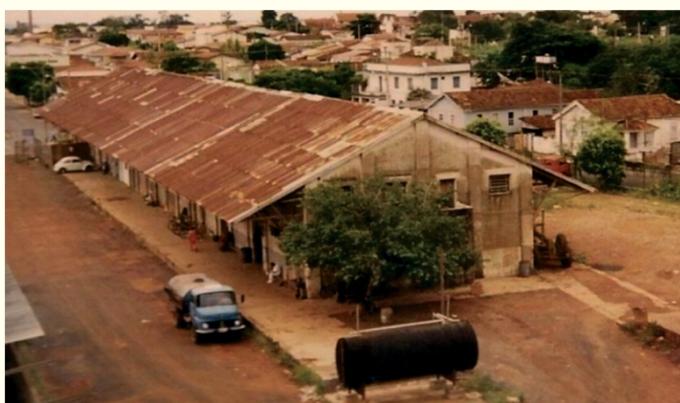
Além do intercâmbio em torno do ICMS Cultural, outras novidades devem ser fruto de uma troca de ideias e experiências cada vez mais constante e afinada entre as entidades estaduais de patrimônio de Minas, Bahia e de outros estados. Saiba mais na página 8.



Marília Machado, diretora de promoção, apresentou o ICMS Patrimônio Cultural em Salvador

Fotos: Lázaro Menezes

## Armazém de Cargas de Araguari em segunda etapa de obras



Divulgação

último. A secretária de Educação, Eunice Mendes, apresentou a obra aos participantes, num pré-lançamento do Projeto Canteiro Aberto, que propõe usar o resgate do bem cultural como elemento de educação patrimonial.

### Histórico

O sóbrio imóvel do Armazém de Cargas foi o primeiro do complexo ferroviário a ser erguido, em 1906, com a instalação da sede da Estrada de Ferro Goyaz, em Araguari, servindo como depósito de cargas e sala de espera de passageiros. Em 1920, a empresa foi encampada pelo Governo Federal e iniciou reformas e ampliações em suas instalações. Um amplo e imponente prédio, inaugurado em dezembro de 1928, passou a abrigar a estação. No complexo férreo foram implantados, gradativamente, oficinas para reparos, escritórios, almoxarifado, depósitos, serrarias, hospital, escola profissional, vila habitacional para os funcionários, entre outros.

O armazém de mercadorias é um genuíno exemplar da engenharia ferroviária do período. Construído em alvenaria, tem um conjunto de portas e janelas em harmoniosa modulação, ornadas com detalhes em alto relevo e pingentes em massa. O telhado é estruturado em forma de chالé, com tesouras de madeira maciça. Com a movimentação intensa, foram naturais as alterações de ampliação (décadas de 1940 e 1950) a que o imóvel foi submetido.

Após a parcial desativação dos trabalhos férreos em Araguari, na década de 1970, os imóveis da antiga Cia. Mogiana ficaram em desuso. Em 1989 o conjunto recebeu sua primeira proteção legal com o tombamento municipal. Uma década depois, a Prefeitura adquiriu uma parcela dos imóveis. Em 2005, a antiga estação, denominada Palácio dos Ferroviários, teve sua restauração concluída, instalando-se ali a sede do Governo Municipal e o Museu dos Ferroviários.

Estão em pleno andamento as obras da segunda fase de restauro e adequação do Prédio do Armazém de Cargas, que integra o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Antiga Estação da Estrada de Ferro Goiás e Araguari, tombado definitivamente pelo lepha desde 2008. Promovida pela Secretaria de Educação de Araguari, com acompanhamento da Divisão de Patrimônio Histórico do município, a intervenção conta com recursos do Fundo Estadual de Cultura, e prevê a instalação não só da secretaria municipal, mas também do Memorial da Imprensa Aragarina, departamento anexo ao Arquivo Histórico e Museu Dr. Calil Porto.

O trabalho de restauração teve início em 2007, com a recuperação do telhado e das alvenarias. Esta segunda etapa de obras foi apresentada a membros do Conselho do Patrimônio Cultural do município, à comunidade e a trabalhadores aposentados da ferrovia, no Café com Ferroviários, realizado em 26 de outubro

## Magia das águas embala lendas mineiras

Ao longo dos séculos, a água foi sempre cenário de histórias mágicas e miraculosas, abrigando seres fantásticos, como botos encantados, mães d'água, espíritos do bem e demônios aprisionados. Reúne também atribuições de cura, rejuvenescimento, encantamento e transformação. De fontes da juventude e chafarizes do amor eterno às gárgulas que espantam os maus espíritos, a cultura mineira é recheada de lendas e causos passados de geração para geração em torno de todo o misticismo das águas.



Aerovisão

### Chafariz de São José – Tiradentes

Construído em 1749, pela Câmara Municipal, originalmente atendia a três funções: abastecer com água potável a população, pela parte da frente; servir como suporte para as lavadeiras locais,

na face direita, e, à esquerda, servir de bebedouro aos animais. Segundo a lenda corrente na cidade e amplamente repetida aos turistas, basta beber um gole desta água cristalina para a garantia de retornar a Tiradentes algum dia.



Divulgação

### Chafariz do Kaquende – Sabará

Construído em 1757 em pedra revestida de massa e pintura, o Chafariz do Kaquende é um dos que mais reúne credences e lendas, muitas delas motivadas pela fala local de que suas

águas conservam a temperatura durante todo o ano, independentemente do clima. Assim como em tantas outras fontes e chafarizes, em Sabará também se acredita que quem bebe da água do Kaquende sempre retornará à cidade.

Por lá, são ainda mais comuns os causos fantásticos e assustadores sobre o chafariz. Diz a lenda, em muitas versões, que à meia-noite de sextas-feiras de lua cheia, um demônio sai do chafariz sob a forma de belíssimo rapaz, muito elegante e educado. Enfeitiçada, moça alguma seria capaz de resistir e acabaria por se entregar. Nove meses depois, daria à luz uma entidade amaldiçoada, como um curupira ou um saci.

Outra lenda diz que o chafariz secará imediatamente, caso alguém tente controlar suas águas. Também por superstição, muitos antigos moradores da cidade, se recusam a beber água da gárgula à esquerda, que traria muito azar.



Repórter

### Fonte Dona Beja – Araxá

Araxá é famosa por suas águas termais, fontes de vigor e rejuvenescimento. Destaca-se como um dos pontos turísticos mais procurados da cidade, a lendária 'Fonte da Jumenta'.

Segundo contam, com o passar dos anos, Dona Beja inexplicavelmente parecia sempre mais jovem, saudável e bela. Os banhos diários da personagem mais famosa de Araxá nas águas desta fonte seriam responsáveis por sua admirável beleza e sensualidade.

### Fonte dos Amores – Poços de Caldas

Inaugurado em 1929, o local atrai pelo clima romântico criado pela escultura em mármore de um jovem casal abraçados, esculpida pelo italiano Giulio Starace. Duas são as lendas que envolvem a fonte. A primeira conta que um casal de namorados ali se encontrava escondido dos pais, ferrenhos inimigos políticos. Desesperados por não poderem se unir pelas leis terrenas, um belo dia se atiraram do alto do rochedo e a água suavemente cobriu seus corpos como cristalina mortalha. Esta história teria inspirado a obra de Starace. Outra versão dá conta de que um jovem padre teria se apaixonado perdidamente por uma encantadora jovem, filha de um fazendeiro da região, que impedia o namoro. Decidiram fugir e se refugiaram no bosque junto à fonte. Algum tempo depois, um caçador acabou por encontrar o corpo do casal, mortos nus e abraçados, de fome e frio. Penalizado, o pai teria mandado erguer a estátua junto à fonte em homenagem à filha que morreu de amor.

Fato é que a fonte e suas águas ainda hoje inspiram crenças diversas. Diz-se por lá que, se um solteiro beber daquela água, logo se casará. E se for casado, a Poços de Caldas sempre retornará.



### Fonte Dona Isabel / Conde d'Eu – Caxambu

Em 1868, a Princesa Isabel e seu marido, o Conde d'Eu, foram atraídos a Caxambu pela fama de suas águas minerais curativas. As águas de uma fonte, localizada no lado esquerdo

das margens do ribeirão do Bengo, foram a esperança do casal para curar uma suposta infertilidade. Hoje, sabe-se que as propriedades destas águas ferruginosas são indicadas para o tratamento de anemia, o que pode ter determinado sua efetiva “cura”. Anemia ou milagre, o fato é que Dona Isabel logo se descobriu grávida, e a fama da fonte se espalhou. Em gratidão e cumprindo uma promessa, a Princesa e o Conde determinaram a construção, na cidade, da Igreja Santa Isabel da Hungria.

## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Teatro Francisco Nunes – BH

Os painéis em mosaico português, da artista plástica Elizabeth Kossovsky, estão localizados nas laterais do Teatro Francisco Nunes, em Belo Horizonte. Na face voltada para o Parque Municipal (foto), são reproduzidos motivos silvestres, como tucano, esquilo, tamanduá, tartaruga, beija-flor e pica-pau. A face voltada para a cidade faz referência às artes, com mosaicos representando música, dança, teatro, literatura, pintura e escultura.

Construído às pressas, a partir de projeto de Luiz Signorelli, o Francisco Nunes foi inaugurado em setembro de 1950 para ser um espaço provisório, preenchendo o vazio cultural provocado pela demolição do Teatro Municipal, que deu lugar ao antigo Cine Metrôpole. Nomeado Teatro de Emergência, nasceu destinado a ser demolido em pouco tempo, tão logo fosse concluída a construção



do Palácio das Artes. A mobilização da classe artística e da população da cidade acabou por afastar de vez a ameaça de demolição e garantiu sua perenidade, selada em 1980 com um grande concurso para um projeto de restauração da casa de espetáculos.

Estudiosos apontam que o esmero na execução dos mosaicos externos revelaria que a artista e o arquiteto estavam conscientes – ou pelo menos esperançosos – de que, ao contrário das previsões iniciais, o teatro sobreviveria ao tempo.

## 150 anos da União e Indústria



Agência Olycom

Ainda como celebração do sesquicentenário da rodovia, a secretária de Cultura, Eliane Parreiras, o presidente do Iepha, Fernando Cabral, a superintendente do Arquivo Público Mineiro, Vilma Moreira dos Santos, receberam da Prefeitura de Matias Barbosa a Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Primeira Estrada Macadamizada do Brasil. O Iepha recebeu também placa em homenagem aos seus 40 anos de atuação.

## Entidades propõem encontro nacional

Um encontro realizado na sede do Iepha dá início a um grande diálogo e articulação entre os órgãos estaduais de proteção do patrimônio cultural. No dia 17 de outubro, o presidente da fundação mineira, Fernando Viana Cabral, recebeu o diretor-geral do IPAC da Bahia, Frederico Mendonça, o presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), Severino Pessoa, e a subsecretária de Estado de Patrimônio Cultural do Espírito Santo, Joelma Fonseca, para que as entidades trocassem ideias e experiências e apresentassem um pouco do seu trabalho.

Como resultado desta primeira conversa, desenhou-se a proposta de um grande encontro nacional, com representantes de todos os estados brasileiros em 2012. Formatação, data e local devem ser decididos em nova reunião, em dezembro.



▲ Fernando Cabral, presidente do Iepha; Vilma Moreira dos Santos, superintendente do Arquivo Público Mineiro; Luís Carlos Marques, prefeito de Matias Barbosa; Eliane Parreiras, secretária de Estado de Cultura, e Ricardo Sartine, diretor de Cultura do município

A cidade de Matias Barbosa participou ativamente da 3ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. Além do lançamento do Guia de Bens Tombados do município, em formato de bolso, outras ações movimentaram a cidade, em setembro, tendo como tema os 150 anos da Estrada União e Indústria.

## Como 'nascem' os tombamentos?



▲ Ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos, em Barra do Guaiçú

O tombamento de um bem tem por finalidade garantir sua preservação e promover sua fruição e continuidade para as gerações futuras. O processo que dá origem a essa proteção legal pode ter início a partir do pedido de um interessado (leia mais no box abaixo), ou da constatação, pela equipe do Iepha, da importância de um determinado bem ou mesmo pelo entendimento de situação de risco.

A partir daí, técnicos da Diretoria de Proteção e Memória (DPM) iniciam a instrução do processo, começando por levantamentos e pesquisas documentais para reunir o maior número possível de informações sobre o bem. Com o olhar já direcionado, os especialistas vão a campo conhecê-lo para, em seguida, produzirem um parecer técnico, indicando ou não a abertura do processo de tombamento. Caso o laudo seja positivo à proteção, as pesquisas iniciais são aprofundadas em um estudo de avaliação. Juntamente a esta análise pormenorizada, os técnicos já elaboram o perímetro de proteção e as primeiras noções de diretrizes, além do parecer conclusivo da DPM.

Todo esse material é então apresentado ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), pleiteando o tombamento provisório do bem. A partir de uma apresentação técnica feita aos conselheiros pelo Iepha, o presidente do Conep indica um deles para atuar como relator do processo. A ele caberá estudar a fundo todo o material produzido e, então, elaborar seu próprio parecer quanto ao tombamento. Em uma nova reunião do Conselho, o relator apresentará sua análise e todos os membros votarão, definindo pelo tombamento ou não. Ao



▲ Conselheiros do Conep se reúnem para avaliar as propostas de tombamento

conquistar esta primeira aprovação pelo Conep, o bem passa a contar com o tombamento estadual provisório, o que já lhe garante a mesma proteção legal e os mesmos benefícios e restrições que têm um bem tombado em definitivo. O regulamento estadual estabelece este período entre as duas etapas para que haja o aprofundamento da análise técnica e eventual recurso jurídico.

Com o tombamento provisório, começa então o trabalho para uma segunda fase, visando que a inscrição do bem no livro do tomo se torne permanente. Os estudos serão ainda mais aprofundados, é inserida a definição da área de entorno e as diretrizes de intervenção ganham versão final. Finalizado o dossiê, o processo de tombamento definitivo é novamente levado à apreciação e votação no Conep, seguindo os mesmos procedimentos do provisório.

Um bem cultural tombado – em caráter provisório ou definitivo – traz em si a valorização e o reconhecimento de sua importância e do interesse coletivo em sua preservação. Instrumento jurídico de proteção, o tombamento é também garantia de que qualquer intervenção precisa, antes, receber aprovação do órgão responsável pela proteção, seja ela municipal, estadual (Iepha) ou federal (Iphan). O valor jurídico de tombamentos realizados em cada uma das esferas é o mesmo. Sem hierarquização, um mesmo bem pode ter tombamento em uma, duas ou mesmo nas três esferas, sem que uma proteção prevaleça ou invalide qualquer termo da outra, estabelecendo uma relação de diálogo entre elas.

Mais que uma garantia de que o bem não sofrerá descaracterizações, o tombamento – como reconhecimento que é – também confere maior peso ao bem no pleito de recursos para melhorias em diversas leis de incentivo à cultura nas três esferas. Bem administrado, pode trazer também outros benefícios econômicos pelo turismo, e uma melhoria expressiva na qualidade de vida da comunidade local e da sociedade como um todo.

### Como pedir o tombamento

Cidadãos e entidades públicas ou privadas podem solicitar o tombamento de bens culturais materiais ao Iepha. Para isso, o interessado deve enviar à presidência do Instituto (veja o endereço na pág. 2) os seguintes documentos para análise:

- Identificação do solicitante
- Justificativa da solicitação
- Proteção Municipal (se houver)

- Localização
- Histórico resumido
- Descrição sucinta
- Estado de conservação
- Documentação fotográfica básica
- Uso atual e futuro
- Responsável pelo bem
- Representatividade da solicitação: instituições e pessoas que apoiam a iniciativa.

## Em defesa da vegetação nativa



Fotos Divulgação

▲ Maria das Graças Lins Brandão, farmacêutica e doutora em Química de Produtos Naturais pela UFMG e professora de Fitoterapia da Faculdade de Farmácia da UFMG, é coordenadora do Centro Especializado em Plantas Aromáticas, Medicinais e Tóxicas, do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais. Seu interesse nas plantas veio da vontade, desde os tempos do ensino médio, de trabalhar com Ciências e do contato com as plantas e pessoas simples em viagens de férias, na casa de parentes, em Rio Espera, cidade da Zona da Mata mineira.

Defensora ferrenha da preservação das plantas nativas e de seu uso tradicional, verdadeiro bem imaterial que merece ser preservado, Maria das Graças fala com paixão sobre o tema e revela, nesta entrevista, considerar o Novo Código Florestal “um desastre”.

**Você é coordenadora do Banco de Dados e Amostras de Plantas Aromáticas, Medicinais e Tóxicas (Dataplant), da UFMG, trabalho que rendeu um livro, listando 101 plantas registradas por naturalistas que percorreram Minas nos séculos 18 e 19. Sobre essa obra, quem são esses naturalistas e o que observaram em suas anotações?**

Eles foram cientistas que vieram ao Brasil, a convite da Coroa Portuguesa, no início do século 19, para estudar e catalogar a riqueza do Império, inclusive da biodiversidade. Eles eram mineralogistas, médicos, zoólogos e botânicos e descreveram diferentes aspectos da vida no Brasil naquela época.

**Como foi realizado o levantamento do material produzido pelos naturalistas, que deu origem ao livro? Foi um trabalho feito em equipe, exigiu muita pesquisa?**

Os trabalhos de levantamento começaram em 2006, a partir de um primeiro apoio financeiro recebido da Fapemig – e ainda estão em curso. As informações e imagens estão sendo inseridas na página [www.dataplant.org.br](http://www.dataplant.org.br). Lá, já é possível encontrar informações sobre mais de 400 plantas nativas de Minas Gerais. No livro, foram inseridas informações referentes a somente 101 plantas. Recebemos um grande aporte de recursos agora da Fapemig e do CNPq para estender os trabalhos a outras regiões do Brasil e isto deve estar pronto em 2015.

**Quais dessas plantas ainda podem ser encontradas hoje e quais seus usos?**

Algumas plantas descritas no passado como carqueja (usada como amarga, para abrir o apetite) e barbatimão (cicatrizante) são empregadas da mesma forma até hoje. Outras como pau-pereira, ipecacuanha e tinguaciba são pouco conhecidas e muito difíceis de serem encontradas nos dias de hoje. Grande parte dessas espécies medicinais passou (e continuam passando) por um intenso processo de erosão genética (extinção) e erosão cultural (perda do conhecimento tradicional), devido aos sucessivos desmatamentos e substituição da vegetação nativa por pastagens, monoculturas, atividade mineradora etc.

**Como você disse anteriormente, muito desse bem imaterial – o uso de plantas medicinais em chás, emplastos etc – se perdeu ao longo do tempo. O que se pode fazer para resgatar esse costume?**

É preciso inibir por completo o desmatamento da vegetação nativa, valorizar a cultura do uso das plantas medicinais e garantir mais apoio à pesquisa científica para valorar as plantas.

**Mas é possível resgatar as tradições de uso das plantas que vêm se perdendo ao longo do tempo?**

Sim, a partir dos levantamentos que estamos fazendo e da realização de um trabalho junto às populações (infelizmente, são poucas em Minas Gerais) que mantêm essas tradições.

**No caso específico de Minas Gerais, quais as principais ameaças à preservação dessas plantas e qual seria o caminho para se despertar a consciência para a importância de preservação dessa riqueza natural?**

O ideal seria impedir o desmatamento pela ação das mineradoras e outros grandes grupos econômicos envolvidos na produção de monoculturas (eucalipto, soja, cana-de-açúcar, entre outros).

**Outra iniciativa do Dataplant foi a Caravana de Plantas Medicinais da Estrada Real, realizada em 2009. O que resultou desse trabalho? Houve novas edições da caravana?**



▲ Periandra Mediterranea



▲ Ipecacuanha



▲ Quina Mineira



▲ Sambaibinha

Neste ano de 2011 mais de 100 escolas do trajeto da Estrada Real receberam materiais didáticos para auxiliar os professores de Ciências e áreas afins a abordar melhor o tema plantas medicinais sob a ótica da biotecnologia. O objetivo final, da caravana de 2009, e de todas as atividades do Dataplant, é levar para os professores e para o público leigo o conhecimento técnico científico sobre as plantas medicinais nativas do Brasil e inspirar estudantes a seguir a carreira científica.

**O Brasil, com uma flora tão rica, parece não explorar cientificamente esses recursos naturais, ao contrário dos laboratórios estrangeiros. Falta conhecimento sobre o assunto ou há um desinteresse mesmo por parte das autoridades nacionais?**

Faltam recursos para as pesquisas e uma política própria de incentivo ao desenvolvimento delas. É necessário direcionamento e investimento de grande porte como o que é feito com o petróleo (Petrobras), aviação (Embraer) e agronegócio (Embrapa).

**Em que medida a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Ministério Público pode auxiliar na questão da preservação da rica flora mineira, enquanto bem imaterial do Estado?**

Acredito que auxiliando na catalogação do conhecimento tradicional sobre as plantas, na valorização das pessoas detentoras deste conhecimento e no combate aos processos que levam à erosão genética e cultural, incluindo a biopirataria.

**Em breve será votado o Novo Código Florestal brasileiro. Qual sua avaliação e expectativa em relação às novas regras propostas?**

Creio que será um completo desastre, pois ele causará uma extensa erosão genética, com consequências, a médio e longo prazo, sobre o conhecimento tradicional das plantas. A vegetação nativa precisa ser conservada, e não destruída, como acontecerá de acordo com a proposta.



▲ Salsaparrilha